



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7071 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

A ESCOLA PRIMÁRIA DISTRITAL DE VERA CRUZ – PINDAHYBAS DO MUNICÍPIO DE SABARÁ: ESTRUTURAÇÃO FÍSICA, MATERIAIS E MÉTODOS (1901-1911)

Alisson José da Silva Esteves Pereira - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Gilvanice Barbosa da Silva Musial - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPEMIG

A ESCOLA PRIMÁRIA DISTRITAL DE VERA CRUZ – PINDAHYBAS DO MUNICÍPIO DE SABARÁ: ESTRUTURAÇÃO FÍSICA, MATERIAIS E MÉTODOS (1901-1911)

Neste trabalho, analisaremos as condições materiais, métodos e conteúdos trabalhados na escola primária distrital de Vera Cruz/Pindahybas, Sabará, Minas Gerais, Brasil, no período de 1901 a 1911, e a importância desses elementos para a permanência da escola na referida localidade. Compreenderemos que todos estes aspectos escolares foram importantes no processo de ensino dos alunos e no jogo tático de Maria Estephania para a permanência da escola primária na localidade diante dos riscos proeminentes da estratégia política de supressão do ensino após a sanção da lei n. 281 de 16 de setembro de 1899 que suprimiu as escolas rurais e boa parte das escolas distritais mantidas pelo governo mineiro. “O que distingue estas daquelas são os tipos de operações nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar” (CERTEAU, 2014, p.87). Ressaltaremos que, juntamente com o ensino desenvolvido por Maria Estephania, a ação tática da professora colaborou para que o estado de Minas Gerais continuasse mantendo a escola primária na localidade por perceber que a professora conseguia atender satisfatoriamente às exigências do Estado e, por isto, a permanência da cadeira primária em Vera Cruz - Pindahybas.

Utilizamos, nesta pesquisa, os relatórios dos inspetores escolares, localizados no Arquivo Público Mineiro, como uma forma de precisar a realidade escolar da cadeira de Vera Cruz - Pindahybas. “Cabia ao Estado, representado pela figura do inspetor escolar, averiguar se os docentes cumpriam seus deveres. Os inspetores do ensino, categoria profissional que existia desde o início do período imperial, eram funcionários que exerciam cargo de confiança” (OLIVEIRA, 2011, p.55). Devido à importância atribuída à fiscalização do ensino feito pelos inspetores escolares, quando o estado de Minas Gerais sancionou a Lei n. 281, entre as disposições referentes ao ensino estavam previstas a função de inspetores extraordinários para a fiscalização do ensino. A justificativa utilizada para a nomeação dos

inspetores extraordinários estava pautada na agilidade em se fazer uma observação das escolas públicas do estado de Minas Gerais, coletar os dados de todos os alunos, para assim, se realizar o recenseamento escolar e efetivar a obrigatoriedade do ensino primário para todas as crianças de 7 a 13 anos. E, ao mesmo tempo o governo estadual poderia suprimir as escolas que os inspetores constatassem que não detinham um número de aluno suficiente.

Uma das táticas utilizadas por Maria Estephania para manter a sua escola primária em Vera Cruz – Pindahybas centrou-se em mostrar aos inspetores escolares o comprometimento em manter a sua cadeira primária funcionando em boas condições infra-estruturais, mesmo sendo em sua própria casa, conforme revelara o inspetor técnico Arthur Queiroga: “A casa da professora dá a sala da escola. Vae ser melhorada, de accordo com exigencias da inspecção” (SI-2810, 1907, 14 de setembro). No campo referente ao espaço físico da escola, tudo indica que Maria Estephania estava muito atenta às normas de higiene, estas, segundo Nascimento, correspondiam “(...) a higiene do próprio corpo e espaços mais apropriados para educação escolar das crianças, onde houvesse ventilação e luz suficiente, além dos exercícios físicos (...)” (NASCIMENTO, 2009, p.83). Além da atenção voltada para a higiene da escola e de seus alunos, Maria Estephania cuidava da organização do espaço escolar, uma vez que, o inspetor técnico Brant Junior não deixara de aprovar a sala de aula, ressaltando a infra-estrutura compatível para uma escola. Segundo o relatório de inspeção técnica de Brant Junior “[...] a professora pode melhorar muito a sala dos trabalhos, hoje em forma rectangular, o que muito facilita a fiscalisação” (SI-3294, 1909, 1 de maio ou pp.13-14).

No campo que tange aos materiais escolares, Maria Estephania, após ser efetivada na cadeira primária mista de Vera Cruz – Pindahybas, encontrou a escola sem nenhum livro para escrituração. Sendo assim, a professora solicitou um livro para matrícula, um para o ponto diário, um para atas de exames e um para inventário. A Secretaria do Interior, sob a direção de José Coelho Linhares, no dia 6 de setembro de 1901, enviou parte do pedido para a professora Maria Estephania, que recebeu dois livros. “Remetto-vos, em nome do Exm^o. Snr. Dr. Secretario do Interior, pelo correio, dous livros em branco para matricula e ponto diario da escola a vosso cargo cabendo-vos, communicar a esta Secretaria o seu recebimento” (SI-2755, 1901, 06 de setembro).

Para a organização do método de ensino aplicado em sala de aula, conforme atesta o inspetor técnico Brant Junior, Maria Estephania, para ensinar seus alunos utilizava um método: “Para o ensino de leitura emprega a docente o methodo de palavração, para a escripta dos principiantes adopta – a letra vertical” (SI-3294, 1909, 15 de fevereiro ou p. 19). Segundo Mortatti, o “(...) método João de Deus” ou “método da palavração” baseava-se nos princípios da moderna linguística da época e consistia em iniciar o ensino da leitura pela palavra, para depois analisá-la a partir dos valores fonéticos das letras” (MORTATTI, 2006, p.06); ou seja, possivelmente, Maria Estephania fazia o uso das Cartilhas de João de Deus para ensinar as crianças a ler segundo o método da palavração.

Concluimos que as táticas, utilizadas por Maria Estephania, surtiram efeito positivo, pois a instrução não deixou de ser ofertada na localidade. Sendo assim, podemos dizer que, em nenhum momento, desde a sanção da Lei n. 281 até o decreto n. 3. 191 de 1911 quando o estado voltou custear as escolas rurais, ocorreu uma supressão do ensino primário da escola de Maria Estephania.

Palavras-chaves: Educação primária distrital; cultura material; estratégias e táticas

REFERÊNCIAS

MORTATTI, Maria Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: <http://smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espacovirtual/espacoalfabetizarletrar/lectoes>

Acesso em: 28 mar. 2017.

OLIVEIRA, Eliana de. O processo de produção da profissão docente: profissionalização, prática pedagógica e associativismo dos professores públicos primários em Minas Gerais (1871 - 1911). Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, 2011, p. 159.

MINAS GERAIS. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. 1899. *Lei n. 281*, de 16 de setembro de 1899. Dá nova organização á instrução publica do Estado de Minas. Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes. Arquivo Público Mineiro.

MINAS GERAES. Secretaria do Interior. Termo de visita. Inspetor técnico Arthur Queiroga. Sabará, 14 de setembro de 1907. Códice SI-2810.

MINAS GERAES. Secretaria do Interior. Termo de visita. Inspetor técnico José Ferreira de Andrade Brant. Sabará, 07 de maio de 1909. Códice SI-3294.

MINAS GERAIS, Secretaria do Interior. *Correspondências*. 06 de setembro de 1901. Códice SI-2755.

NASCIMENTO, Célia Siqueira Xavier. Formas de ver e viver a infância nas escolas públicas mineiras (fins do século XIX – início do século XX): práticas, espaços e tempos. Dissertação de MESTRADO ACADÊMICO em EDUCAÇÃO. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.